

SEGURANÇA PÚBLICA

A Constituição Estadual define em seu art. 105, que a Segurança Pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, devendo ser exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

A Lei Complementar Estadual nº 741/2019, com as alterações produzidas pela Lei Complementar Estadual nº 789/2021 e a Lei nº 18.646, de 5 de junho de 2023, dispõem sobre a estrutura organizacional básica e o modelo de gestão da Administração Pública Estadual, no âmbito do Poder Executivo.



Neste sentido, mencionada legislação introduzida no exercício de 2023 alterou parte da estrutura anterior, de forma que o Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial passou a ser chamado de Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) e a Defesa Civil agora é denominada de Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil (SDC), mantendo-se a anterior Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa (SAP). Todos são Órgãos Superiores da Administração Pública Estadual Direta que atuam e desenvolvem suas atividades na área de Segurança Pública.

Na sequência, apresenta-se demonstrativo contendo os valores empenhados em 2023 pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa e pela Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil.

TABELA 122
**DESPESAS EMPENHADAS ATINENTES
À SEGURANÇA PÚBLICA**

(Em R\$)

Programa	Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP)	Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa (SAP)	Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil (SDC)	Total
110 – Construção de Rodovias	–	–	6.109.197,72	6.109.197,72
120 – Integração Logística	203.418,00	–	–	203.418,00
130 – Conservação e Segurança Rodoviária	21.459.398,57	–	–	21.459.398,57
342 – Revitalização da Economia Catarinense – PREC	–	–	1.860,00	1.860,00
348 – Gestão Ambiental Estratégica	281.580,00	–	–	281.580,00
430 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	9.999.320,85	–	–	9.999.320,85
520 – Inclusão Social – Identificação e Eliminação de Barreiras	45.771,00	–	–	45.771,00
610 – Educação Básica com Qualidade e Equidade	22.228,88	–	–	22.228,88
701 – Redução da Criminalidade	156.720.219,46	–	–	156.720.219,46
702 – Aumento da Operacionalidade	96.087.859,31	–	–	96.087.859,31
703 – Promoção da Integração	42.959.539,16	–	–	42.959.539,16
704 – Melhoria Estrutural da Segurança Pública	3.093.390.907,36	–	–	3.093.390.907,36
730 – Gestão de Riscos	6.600.720,31	–	21.289.045,82	27.889.766,13
735 – Gestão de Desastres	174.857,14	–	44.596.566,10	44.771.423,24
736 – Gestão de Educação em Defesa Civil	–	–	969.855,24	969.855,24
745 – Fortalecendo Direitos	18.743,20	–	–	18.743,20
750 – Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativa	–	1.532.741.967,37	–	1.532.741.967,37
760 – Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes em Conflito com a Lei	–	34.068.776,71	–	34.068.776,71
770 – DETRAN Digital – Modernização dos Serviços Prestados	150.775.146,41	–	–	150.775.146,41
850 – Gestão de Pessoas	–	–	8.688.710,31	8.688.710,31
855 – Saúde Ocupacional	1.011.580,70	–	6.626,00	1.018.206,70
875 – Advocacia do Estado de Santa Catarina	18.952,88	–	–	18.952,88
900 – Gestão Administrativa – Poder Executivo	7.135.693,14	98.760,00	9.088.370,73	16.322.823,87
910 – Gestão Administrativa – Ministério Público	795.286,92	–	–	795.286,92
915 – Gestão Estratégica – Ministério Público	7.709.526,00	–	–	7.709.526,00
930 – Gestão Administrativa – Poder Judiciário	353.828,65	–	–	353.828,65
935 – Gestão Administrativa – Tribunal de Contas	20.047,00	–	–	20.047,00
990 – Encargos Especiais	13.563.032,95	–	–	13.563.032,95
Total	3.609.347.657,89	1.566.909.504,08	90.750.231,92	5.267.007.393,89

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF).

Do exposto na tabela anterior, observa-se que do total empenhado em Segurança Pública no Estado em 2023 (R\$ 5,27 bilhões), 68,53% pertencem a SSP (R\$ 3,61 bilhões), 29,75% à SAP (R\$ 1,57 bilhão) e, por sua vez, 1,72% à SDC (R\$ 90,75 milhões).

Constata-se, também, que na Secretaria de Estado da Segurança Pública, o programa que mais aplicou recursos foi o “0704 – Melhoria Estrutural da Segurança Pública” (R\$ 3,09 bilhões), enquanto na Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa foi o programa “750 – Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo” (R\$ 1,53 bilhão) e na Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil, por sua vez, foi o programa “735 – Gestão de Desastres” (R\$ 44,60 milhões).

11.1 SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA (SSP)

Compete a SSP, em articulação com a sociedade, promover a atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada das suas instituições (Polícia Militar do Estado de Santa Catarina – PMSC, Polícia Civil do Estado de Santa Catarina – PCSC, Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina – CBMSC e a Polícia Científica do Estado de Santa Catarina – PCISC) e da Secretaria de Administração Prisional e Socioeducativa (SAP), visando realizar as seguintes atividades (art. 41-E da Lei nº 18.646, de 5 de junho de 2023):

- Formular, coordenar e fomentar a Política Estadual de Segurança Pública, observadas as diretrizes da política nacional;
- Elaborar e coordenar o Plano Estadual de Segurança Pública;
- Estabelecer diretrizes e prioridades para aplicação de recursos públicos no âmbito estratégico da área de segurança;
- Estabelecer parcerias e captar recursos federais e internacionais, a fim de implementar ações e políticas de segurança pública no Estado;
- Planejar, coordenar, orientar e avaliar programas, projetos e ações governamentais da área da segurança pública, nos termos do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;
- Assessorar direta e imediatamente o Governador do Estado nos assuntos afetos à segurança pública, à preservação da ordem pública e à incolumidade das pessoas e do patrimônio;
- Articular e integrar as ações dos órgãos de ensino militar;
- Fixar diretrizes à PMSC, à PCSC, ao CBMSC e à SAP; e
- Formular, coordenar e fomentar a política estadual de prevenção e combate à tortura.

Com relação ao resultado do trabalho desenvolvido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, ressalta-se alguns exemplos extraídos do Relatório de Prestação de Contas do Estado (Volume I, páginas 118 a 125):

- **Polícia Militar:** cumprimento de 6.978 mandados de prisão, 28.754 termos circunstanciados, 31.989 prisões em flagrante, 30.632 atendimentos na Rede Catarina de Proteção à Mulher, além de 60.512 visitas escolares preventivas.
- **Polícia Civil:** 451.107 e 438.109 Boletins de Ocorrências (virtuais e em Delegacias de Polícia, respectivamente); 7.899 cumprimentos de mandados de busca e apreensão, 5.870 mandados de prisão e 779 armas apreendidas.
- **Bombeiros Militar:** grandiosa e eficaz operação de socorro realizada pelo CBMSC em razão das fortes chuvas do mês de outubro de 2023. Foram mais de 2 mil atendimentos e mais de 1.600 bombeiros envolvidos. No mês de novembro as equipes foram novamente acionadas para os atendimentos decorrentes das chuvas, resultando em números semelhantes aos do mês anterior
- **Polícia Científica:** realização de 137.216 exames e de 129.423 laudos periciais em 2023.

Em seguida, apresenta-se alguns indicadores divulgados pela SSP por meio do **Boletim Mensal de Indicadores**, relativo a dezembro de 2023, ressaltando-se que os dados constantes do demonstrativo a seguir se referem aos anos de 2020 a 2023 e foram extraídos em 16/02/2024, tendo sido elaborados e divulgado pelo referido órgão.

Para o estudo em questão foram selecionados os indicadores das vítimas de Mortes Violentas (homicídios, feminicídios, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e confronto policial).

TABELA 123 INDICADORES DA SEGURANÇA PÚBLICA DE SC

Descrição/Ano	2020	2021	2022	2023	Total	Variação (%) 2023/2020	Variação (%) 2023/2022
Mortes violentas	811	746	686	678	2.921 (100%)	-16,40	-1,17
Homicídio	690	638	597	571	2496 (85,45%)	-17,25	-4,36
Feminicídio (já contabilizado no indicador de Homicídio acima)	57	55	57	55	224 (7,67%)	-3,51	-3,51
Latrocínio	20	23	25	12	80 (2,74%)	-40,00	-52,00
Lesão corporal seguida de morte	15	15	20	16	66 (2,26%)	6,67	-20,00
Confronto policial	86	70	44	79	279 (9,55%)	-8,14	79,55

Fonte: Boletim Mensal de Indicadores SSP, dezembro 2023. Disponível em: https://www.ssp.sc.gov.br/files/dinidocs2023/12_Dezembro.pdf. Acessado em: 16/02/2024.

Analisando-se a tabela, verifica-se que no exercício de 2023, houve uma redução da ordem de 16,40% do número de vítimas de mortes violentas se comparado ao exercício de 2020. Por seu turno, em relação ao ano de 2022, ocorreu uma diminuição de 1,17%.

Relativo aos homicídios, no exercício de 2023, adveio decréscimo de ocorrências em cotejo aos anos de 2020 e 2022, nos percentuais de 17,25% e 4,36%, respectivamente. Concernente ao feminicídio, no exercício de 2023 ocorreram 55 assassinatos,

número idêntico ao verificado em 2021 e menor por 2 casos comparativamente aos consignados nos anos de 2020 e 2022, configurando um decréscimo de 3,51%.

Sobre o assunto, o Estado de Santa Catarina através da Lei nº 18.666, de 28 de julho de 2023, que alterou a Lei Complementar nº 422/2008, instituiu prioridade de atendimento à mulher vítima de violência doméstica, junto ao Programa de Habitação do Estado.

Ainda, identificou-se ações realizadas em unidades gestoras distintas da SSP que desembolsaram R\$ 911,00 mil para o combate à violência doméstica:

TABELA 124		DESPESAS EMPENHADAS PARA COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA		(Em R\$)
Ação	Subação	Unidade Gestora	Valor Empenhado	
Ações para acolhimento a mulheres	Ações para acolhimento e apoio financeiro a mulheres vítimas de violência doméstica	Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação	859.510,96	
Coordenação de ações contra a violência	Coordenação de ações contra a violência doméstica e familiar contra as mulheres – CEVID – FRJ	Fundo de Reaparelhamento da Justiça	51.484,83	
Total Geral			910.995,79	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF).

Destaca-se que do total do número de vítimas de mortes violentas registradas entre os anos de 2020/2023 (2.921), praticamente 86% constituem-se de casos de homicídios (2.496).

No que tange ao Latrocínio, houve significativa redução de casos ao se cotejar os números auferidos em 2022, 25 casos para 12 em 2023, configurando-se uma redução da ordem de 52% do número de vítimas, e também uma diminuição em relação ao exercício de 2020 para 2023, ou seja, de 20 para 12, assinalando-se redução de 40 pontos percentuais.

Versando sobre lesão corporal seguida de morte, tem-se que o exercício de 2023 apresentou aumento de casos se equiparado à 2020 e 2021 (6,67%), porém, registrou-se diminuição da ordem de 20% em relação ao exercício de 2022 (de 20 para 16 crimes).

Já os indicadores de confronto policial apresentam diminuição da ordem de 8,14% ao compararmos os anos de 2020 para o de 2023, porém aumento de 79,55% das ocorrências entre os exercícios de 2022 ao de 2023.

11.2 SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA

Conforme anteriormente informado a Lei nº 18.646/2023, legislação que trouxe alterações para a Lei Complementar nº 741, de 2019, não trouxe mudanças com referência ao presente órgão, assim, conforme artigo 30 da LC nº 741/2019, compete a Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa (SAP):

- Planejar, formular, normatizar e executar as políticas públicas para o sistema prisional do Estado;
- Implementar a política estadual de atendimento socioeducativo, destinada a adolescentes autores de atos infracionais que estejam reclusos, em regime de privação e restrição de liberdade, nas unidades de atendimento;
- Administrar e promover a segurança interna e externa dos estabelecimentos penais;
- Promover a elevação da escolaridade e o ensino profissionalizante dos detentos;
- Planejar, formular, normatizar e executar ações, programas e projetos que visem assegurar a reinserção social do condenado;
- Planejar, coordenar, orientar, avaliar e executar programas, projetos e ações governamentais na área da administração prisional e socioeducativa;
- Executar as decisões de suspensão de pena, liberdade condicional, graça, indulto e direitos dos condenados;
- Planejar, formular, normatizar e executar a política estadual de promoção e defesa dos direitos dos adolescentes infratores;
- Manter relacionamento institucional, em articulação com a PGE, com o Poder Judiciário, o MPSC, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a DPE/SC, no que concerne às competências da Secretaria;
- Estabelecer parcerias com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais;
- Desenvolver e implantar projetos e programas de cursos de formação, atualização e treinamento em serviços para o pessoal do Sistema Prisional e do Sistema Socioeducativo, em todos os níveis; e
- Coordenar e executar programas e ações de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas.

No tocante ao sistema prisional, atualmente o Estado mantém 54 unidades prisionais e socioeducativas, cuja gestão está sob a responsabilidade da SAP, entre Penitenciárias (destinadas aos internos com condenação penal), Presídios (internos provisórios), Colônia penal (de caráter industrial e agrícola), Centros Socioeducativos (adolescentes em conflito com a lei), Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (internos com problemas psiquiátricos) e Casa do Albergado (destinada a prisão civil, violência doméstica e crimes de trânsito).

Na sequência, apresenta-se um demonstrativo da ocupação das unidades prisionais, contendo o número de vagas por unidade, quantidade de presos, déficit ou superavit de vagas e a situação das unidades, dados extraídos do sistema Geopresídios¹.

¹ Nos termos da Resolução nº 47, de 18 de dezembro de 2007, do CNJ, os Juízes de Execução Criminal devem inspecionar mensalmente os penais sob sua jurisdição. Devem ainda encaminhar, até o 5º dia do mês subsequente, o relatório de inspeção por meio do sistema eletrônico próprio do CNJ. O resultado dessas inspeções pode ser consultado através do sistema Geopresídios, que reúne um panorama das principais unidades prisionais – penitenciárias, cadeias públicas, delegacias, hospitais de custódia, entre outras (https://www.cnj.jus.br/inspecao_penal/mapa.php).

TABELA 125 DEMONSTRATIVO DE OCUPAÇÃO DAS UNIDADES PRISIONAIS

Presídios	Capacidade Projetada	Lotação	Déficit ou Superavit de vagas	Condições
Penitenciária de Florianópolis	1.285	1.503	-218	Péssimas
Complexo Penitenciário do Estado (COPE)	1.312	1.277	35	Boas
Colônia Penal Agrícola de Palhoça	682	626	56	Regulares
Presídio Masculino de Florianópolis	277	267	10	Péssimas
Presídio Regional de Tijucas	155	284	-129	Regulares
Presídio Feminino de Florianópolis	120	98	22	Péssimas
Casa Albergado de Florianópolis* ²	100*	0*	100*	Péssimas
Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	72	91	-19	Péssimas
Presídio Regional de Biguaçu	83	101	-18	Péssimas
Superintendência Regional da Grande Florianópolis (SR01)	4.086	4.247	-161	-
Penitenciária Sul	726	938	-212	Boas
Presídio Regional de Criciúma	696	1002	-306	Boas
Penitenciária Feminina de Criciúma	286	294	-8	Boas
Presídio Masculino de Tubarão	278	529	-251	Ruins
Penitenciária Masculina de Tubarão	256	363	-107	Regulares
Presídio Regional de Araranguá	244	360	-116	Péssimas
Unidade Prisional Avançada de Imbituba	185	189	-4	Boas
Unidade Prisional Avançada de Laguna	97	137	-40	Regulares
Superintendência Regional Sul (SR02)	2.768	3.812	-1.044	-
Presídio Regional de Joinville	845	1.353	-508	Regulares
Penitenciária Industrial de Joinville	670	950	-280	Regulares
Presídio Feminino de Joinville	280	255	25	Regulares
Unidade Prisional Avançada de São Francisco do Sul	177	252	-75	Regulares
Unidade Prisional Avançada de Barra Velha	107	149	-42	Regulares
Superintendência Regional Norte (SR03)	2.079	2.959	-880	-
Penitenciária Complexo Penitenciário do Vale do Itajaí	1.168	1.430	-262	Boas
Presídio Complexo Penitenciário do Vale do Itajaí	696	1.118	-422	Boas
Presídio Feminino de Itajaí	280	264	16	Boas
Unidade Prisional Avançada de Itapema	134	137	-3	Boas
Unidade Prisional Avançada de Brusque	88	115	-27	Boas
Superintendência Regional do Vale do Itajaí (SR04)	2.366	3.064	-698	-
Penitenciária da Região de Curitibaanos	857	1035	-178	Boas
Penitenciária Industrial de São Cristóvão do Sul	795	1034	-239	Boas
Presídio Masculino de Lages	344	489	-145	Boas
Presídio Regional de Lages	205	258	-53	Boas
Presídio Regional de Caçador	152	159	-7	Boas
Unidade Prisional Avançada de Campos Novos	102	134	-32	Regulares
Unidade Prisional Avançada de Videira	110	181	-71	Péssimas
Unidade de Segurança Máxima do Estado	60	26	34	Boas
Superintendência Regional Serrana (SR05)	2.625	3.316	-691	-

2 *Casa Albergado de Florianópolis: o controle do regime aberto (por meio da Central do Regime Aberto) e Prisão Civil, que anteriormente ficavam administrativamente a cargo de Direção própria (estabelecimento separado chamado Casa do Albergado), agora foram incorporados à Administração da Penitenciária de Florianópolis, ainda que sigam fisicamente no mesmo local (Complexo da Agronômica), recentemente reformado.

Dados do regime aberto e prisão civil foram, portanto, apresentados no relatório de inspeção da Penitenciária de Florianópolis. Relatório apresentado **zerado** para fins estatísticos até que se processe a exclusão do estabelecimento do sistema, solicitada por meio de sistemasnacionais@cnj.jus.br (Data da Informação: 12/09/2023 – Relatório de Inspeção – Casa Albergado de Florianópolis).

Presídios	Capacidade Projetada	Lotação	Déficit ou Superavit de vagas	Condições
Penitenciária Agrícola de Chapecó	1.132	1.330	-198	Regulares
Penitenciária Industrial de Chapecó	799	905	-106	Regulares
Presídio Regional de Chapecó	404	500	-96	Regulares
Presídio Feminino de Chapecó/SC	280	296	-16	Regulares
Presídio Regional de Joaçaba	177	208	-31	Regulares
Presídio Regional de Concórdia	169	236	-67	Regulares
Unidade Prisional Avançada de São José do Cedro	127	153	-26	Regulares
Unidade Prisional Avançada de Maravilha	122	139	-17	Boas
Unidade Prisional Avançada de São Miguel D'Oeste	175	219	-44	Regulares
Presídio Regional de Xanxerê	74	255	-181	Péssimas
Superintendência Regional Oeste (SR06)	3.459	4.241	-782	-
Penitenciária Industrial de Blumenau	1070	1.070	0	Regulares
Presídio Regional de Blumenau	680	741	-61	Péssimas
Presídio Regional de Rio do Sul	243	428	-185	Péssimas
Unidade Prisional Avançada de Indaial	138	153	-15	Boas
Unidade Prisional Avançada de Ituporanga	62	89	-27	Boas
Superintendência Regional do Médio Vale do Itajaí (SR07)	2.193	2.481	-288	-
Unidade Prisional Avançada de Canoinhas	109	162	-53	Regulares
Presídio Regional de Jaraguá do Sul	401	618	-217	Boas
Presídio Regional de Mafra	106	252	-146	Regulares
Unidade Prisional Avançada Porto União	166	165	1	Boas
Superintendência Regional do Planalto Norte (SR08)	782	1.197	-415	-
TOTAL GERAL: 54 UNIDADES PRISIONAIS	20.358	25.317	-4.959	-

Fonte: Conselho Nacional de Justiça – Sistema Geopresídios – Dados das Inspeções nos estabelecimentos Penais. Dados extraídos em 23/02/2024 – (<https://www.cnj.jus.br/inspecaopenal/mapa.php>) e Lista das Unidades Prisionais fornecida em 26/02/2024, pela Secretaria de Administração Prisional de Santa Catarina.

Tendo por base o demonstrativo acima exposto, verifica-se que em 23/02/2024, data em que os dados foram extraídos do sistema Geopresídios, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Estado de Santa Catarina possuía um déficit de 4.959 vagas, distribuídas entre as 54 unidades prisionais elencadas.

Observa-se que as regionais que apresentaram os maiores déficits de vagas foram as Regionais Sul (SR02) e a Norte (SR03) com 1.044 e 880, respectivamente.

A Regional Sul que apresentou o maior déficit (1.044) constitui-se das seguintes unidades prisionais: Penitenciária Sul, Presídio Regional de Criciúma, Penitenciária Feminina de Criciúma, Presídio Masculino de Tubarão, Penitenciária Masculina de Tubarão, Presídio Regional de Araranguá, Unidade Prisional Avançada de Imbituba e Unidade Prisional Avançada de Laguna.

A Regional Norte, segunda colocada no quesito, com 880 vagas deficitárias, está constituída das seguintes unidades carcerárias: Presídio Regional de Joinville, Penitenciária Industrial de Joinville, Presídio Feminino de Joinville, Unidade Prisional Avançada de São Francisco do Sul e Unidade Prisional Avançada de Barra Velha.

Em contrapartida, a Regional do Médio Vale do Itajaí evidenciou carência de 288 vagas, bem como a da Grande Florianópolis (SR01) que, apesar de contar com 9 unidades prisionais, apresentou privação de 161 vagas, sendo considerada a mais bem classificada neste aspecto.

Na SR01 encontram-se unidades de Florianópolis, Biguaçu, Palhoça, Tijucas, além do Complexo Penitenciário do Estado (COPE) e do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

Quanto à Regional SR07 (Médio Vale do Itajaí), ela se constitui das unidades prisionais de Blumenau, Rio do Sul, Indaial e Ituporanga.

Ao compararmos os números apresentados no exercício anterior, verifica-se melhora, pois em 2022 nosso Estado revelou uma carência de 5.207 vagas nas unidades prisionais para um déficit de 4.959 em 2023.

Importante também destacar que das 54 Unidades Prisionais anteriormente descritas, apenas 10 não possuem déficit de vagas. São elas: Complexo Penitenciário do Estado (COPE), Colônia Penal Agrícola de Palhoça, Presídio Masculino de Florianópolis, Presídio Feminino de Florianópolis, Casa Albergado de Florianópolis, Presídio Feminino de Joinville, Presídio Feminino de Itajaí, Unidade de Segurança Máxima do Estado, Penitenciária Industrial de Blumenau e a Unidade Prisional Avançada Porto União.

Outro significativo enfoque reside na avaliação obtida pelas unidades de reclusão Catarinenses por ocasião das inspeções nos estabelecimentos penais, conforme a seguir demonstrado.

TABELA 126 CONDIÇÕES DAS UNIDADES PRISIONAIS EM SANTA CATARINA

Condições	Quantidade Unidades Prisionais	%
Excelentes	–	–
Boas	21	38,89
Regulares	21	38,89
Ruins	01	1,85
Péssimas	11	20,37
Total	54	100,00

Fonte: Conselho Nacional de Justiça – Sistema Geopresídios – Dados das Inspeções nos estabelecimentos penais. Dados extraídos em 23/02/2024. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/inspecao_penal/gera_relatorio.php?tipo_escolha=comarca&opcao_escolhida=31&tipoVisao=estabelecimento.

Nenhuma unidade prisional avaliada atingiu a condição de “Excelente”.

Em contrapartida, 11 foram as unidades avaliadas com a indicação de “Péssimas” (Penitenciária de Florianópolis, Presídio Masculino de Florianópolis, Presídio Feminino de Florianópolis, Casa Albergado de Florianópolis, Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, Presídio Regional de Biguaçu, Presídio Regional de Araranguá, Unidade Prisional Avançada de Videira, Presídio Regional de Xanxerê, Presídio Regional de Blumenau e Presídio Regional de Rio do Sul).

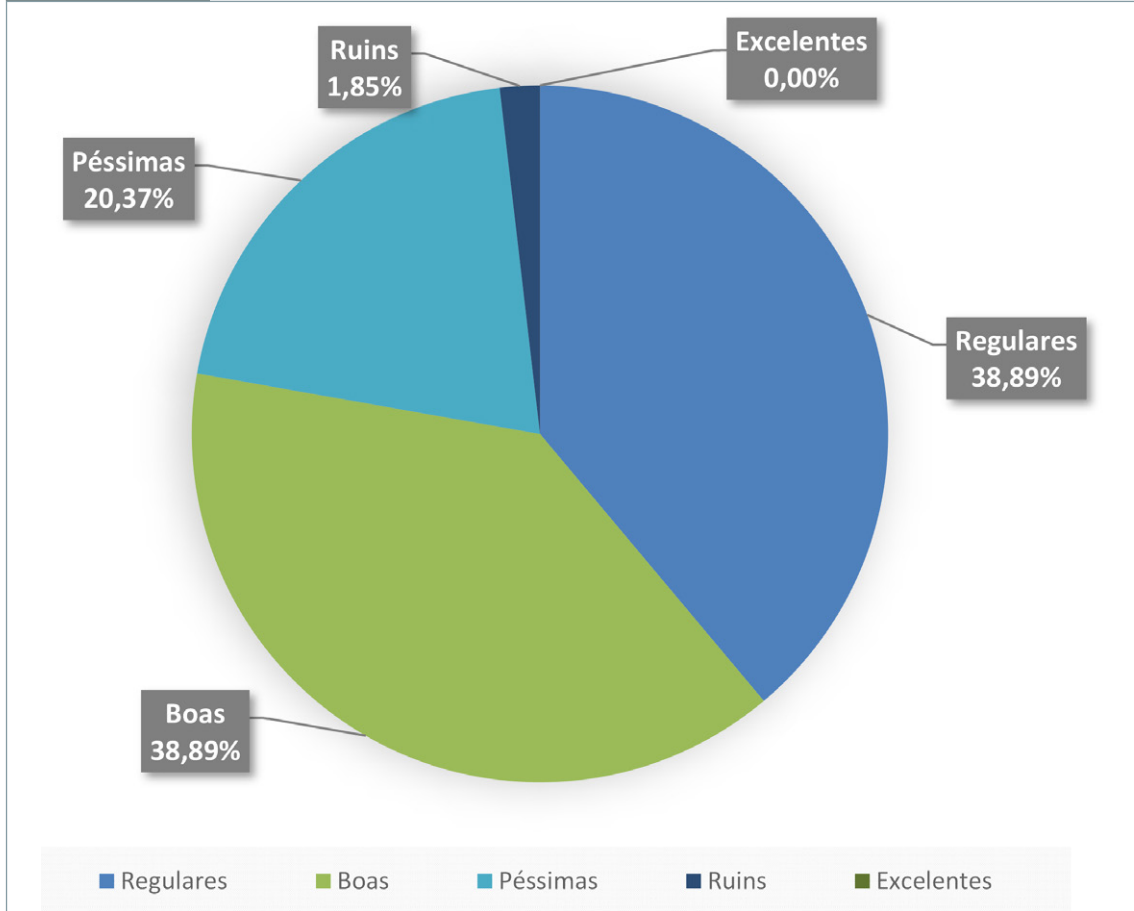
Destas 11 unidades prisionais 6 encontram-se na Superintendência Regional da Grande Florianópolis SR01 (sendo 5 em Florianópolis e 1 em Biguaçu) e as 5 restantes distribuídas pelas outras regiões do Estado (Araranguá, Itajaí, Xanxerê, Blumenau e Rio do Sul).

Ao compararmos com o exercício anterior, houve pequenas alterações, sendo a mais significativa o enquadramento de 21 unidades na condição de “Boas”, neste ano em detrimento de 25 constatadas no anterior.

O gráfico a seguir apresenta a situação das Unidades Prisionais do Estado de Santa Catarina, conforme os dados anteriormente expostos.

GRÁFICO 53 SITUAÇÃO DAS UNIDADES PRISIONAIS DE SANTA CATARINA

(Em %)



Fonte: Conselho Nacional de Justiça – Sistema Geopresídios – Dados das Inspeções nos estabelecimentos Penais. Dados extraídos em 23/02/2023. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/inspecao_penal/gera_relatorio.php?tipo_escolha=comarca&opcao_escolhida=31&tipoVisao=estabelecimento.

Conforme informações extraídas do Balanço Geral do Estado, Volume I, páginas 52 a 55, em 2023 a SAP destacou-se em inovação, capacitação e aprimoramento, desenvolvendo ações de prevenção e mitigação em casos de crise, além de relevantes ações de ressocialização e socioeducação; tendo sido formulado programa para a criação de Planos de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais nas unidades prisionais. Ainda, destaca-se:

- Há aproximadamente 8 mil reeducandos em atividades laborais no sistema catarinense, o que representa aproximadamente 32% da população prisional. Também se mantém em destaque a continuidade do Programa de Capacitação Profissional (PROCAP), 4º e 5º ciclos, ofertando vagas de profissionalização nas áreas de corte e costura, marcenaria, panificação, artefatos de cimento, entre outras.
- A SAP também conta com a Coordenadoria de Desenvolvimento Educacional, que em 2023 promoveu atividades para 13.736 reeducandos. Entre essas atividades está o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), envolvendo 11.692 pessoas privadas de liberdade, o que representa um crescimento de 5,4% em relação a 2022. O sistema prisional conta ainda com 95 pessoas priva-

das de liberdade que participam do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), além de 463 pessoas privadas de liberdade que participam da educação superior.

- Outra atividade desenvolvida foi a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que contou com a participação de 5.148 inscritos. Destaque também para a contratação de cursos para os menores em conflito com a lei, realizada pelo Departamento Socioeducativo, através do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), entre eles auxiliar administrativo, noções de empreendedorismo, costura industrial, ajudante de pintor, informática básica, panificação e confeitaria, cultivo protegido de hortaliças, produção de mudas frutíferas, apicultura, entre outros, os quais possibilitaram a socioeducação e a proteção integral aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

11.3 SECRETARIA DE ESTADO DA PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (SDC)

Esta Secretaria de Estado é responsável por coordenar e executar ações de proteção e defesa civil em emergências e desastres naturais, como enchentes, deslizamentos de terra, terremotos, incêndios florestais, entre outros. Seu principal objetivo é proteger a vida, o patrimônio e o meio ambiente, além de promover a redução de riscos e a mitigação de desastres.

Opera, geralmente, em níveis federal, estadual e municipal, trabalhando em estreita colaboração com outras agências governamentais, organizações não governamentais e a comunidade em geral. Suas atividades incluem a elaboração de planos de contingência, ações preventivas, alertas à população, evacuação em áreas de risco, resgate e assistência às vítimas, reconstrução de áreas afetadas, entre outras.

No Brasil, por exemplo, a Defesa Civil é uma função integrada aos órgãos de Segurança Pública, sendo subordinada aos governos municipais, estaduais e federal. Ela desempenha papel fundamental na gestão de crises e na promoção da resiliência das comunidades diante de eventos adversos.

No nosso Estado as suas competências estão definidas no artigo 41-A da Lei nº 18.646/2023, abaixo elencadas:

- Articular e coordenar as ações de proteção e defesa civil no Estado, compreendendo a prevenção e preparação para desastres; assistência e socorro às vítimas de calamidades; restabelecimento de serviços essenciais; e reconstrução.
- Realizar estudos e pesquisas sobre riscos e desastres;
- Elaborar e implementar diretrizes, planos, programas e projetos para prevenção, minimização e respostas a desastres causados por ação da natureza e do homem no Estado;
- Coordenar a elaboração do plano de contingência estadual e fomentar a elaboração dos planos de contingência municipais;

- Mobilizar recursos para prevenção e minimização de desastres;
- Disseminar a cultura de prevenção de desastres para a sociedade, por meio dos princípios de proteção e defesa civil;
- Prestar informações aos órgãos federais de defesa civil sobre as ocorrências de desastres e atividades de proteção e defesa civil no Estado;
- Propor à autoridade competente a decretação ou a homologação de emergência e de estado de calamidade pública;
- Providenciar e gerenciar o abastecimento e a distribuição de suprimentos nas ações de proteção e defesa civil;
- Coordenar a Comissão Estadual de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos (CEP2R2) ou estruturas equivalentes;
- Presidir e secretariar, quando lhe couber o mandato, a Comissão Permanente de Defesa Civil do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (CODESUL);
- Coordenar as ações estaduais de ajuda humanitária nacional e internacional;
- Coordenar e implementar, em articulação com os Municípios, ações conjuntas com os órgãos do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil (SIEPDEC);
- Promover o intercâmbio técnico com organizações nacionais e internacionais de proteção e defesa civil;
- Promover a capacitação de pessoas para as ações de proteção e defesa civil, em articulação com órgãos do SIEPDEC;
- Fomentar o fortalecimento da estrutura de proteção e defesa civil municipal e regional; e
- Recomendar ao órgão competente a interdição de áreas de risco.

Segundo informações contidas no site da **Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil de Santa Catarina** ela dedica-se à gestão dos riscos e desastres, aprimorando as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação visando o socorro e a assistência aos atingidos. Para tanto desenvolve atividades destinadas a evitar desastres e/ou minimizar seus impactos à sociedade catarinense em busca da normalidade.

Estruturalmente possui as seguintes Diretorias de Gestão:

- de Educação, responsável pelo fomento e desenvolvimento de ações, programas e projetos voltados ao ensino, pesquisa e extensão, visando a capacitação de recursos humanos, a gestão do conhecimento, a melhoria na percepção da gestão de risco e desastres, além da ampliação da autoproteção.
- de Desastres, responsável por coordenar e articular ações de resposta e recuperação, garantindo o socorro, a assistência humanitária e a reabilitação, visando o restabelecimento das condições de normalidade social.
- de Riscos, com o compromisso de proteger e preparar as comunidades catarinenses frente aos riscos de desastres através do mapeamento e identificação de ameaças e vulnerabilidade.
- Administrativa e Financeira, responsável por gerir recursos, planejamento de receitas e despesas, licitações e contratos, gestão de pessoas, manutenção operacional, tecnologia da informação e governança eletrônica, dando o suporte necessário para que as demais áreas.

Vinte são as Coordenadorias Regionais distribuídas no território do Estado de Santa Catarina nos seguintes municípios: Aranguá, Blumenau, Caçador, Canoinhas, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Curitibanos, Florianópolis, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville, Lages, Maravilha, Rio do Sul, São Miguel do Oeste, Taió, Tubarão e Xanxerê.

Registra-se que o site da Defesa Civil de Santa Catarina (defesacivil.sc.gov.br) apresenta informações sobre notícias, monitoramentos meteorológicos, avisos e alertas sobre radares, barragens, com boletins elucidativos, bem como planejamentos em caso de desastres e emergências possibilitando aos interessados dados e notícias de grande valia para a sua segurança.

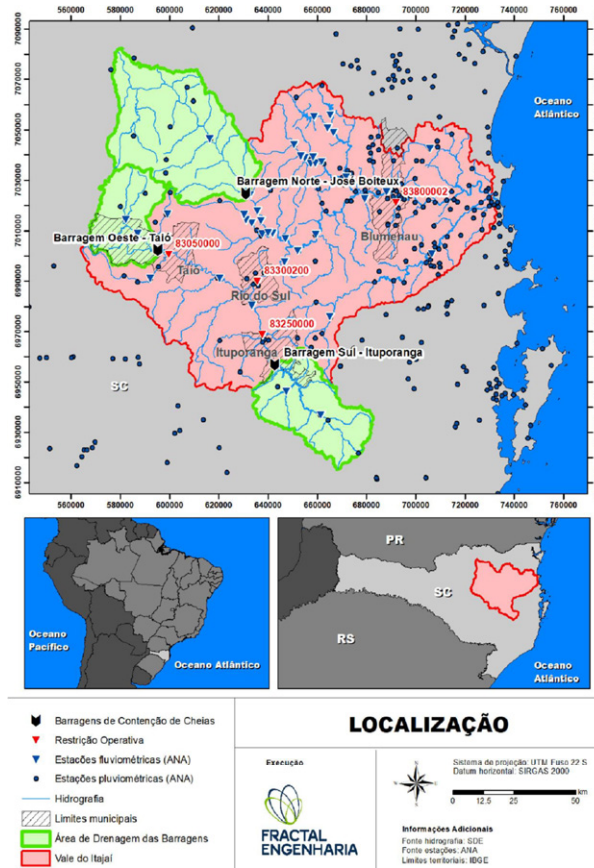
No campo da Gestão de Riscos, a Secretaria desenvolve, entre outros, ações inerentes às barragens e aos radares sobre sua alçada.

As barragens de contenção de cheias representam um sistema de defesa fundamental para as comunidades. Elas têm a capacidade de armazenar grandes volumes de água durante as chuvas intensas e liberá-los de forma controlada, evitando assim inundações catastróficas. Além disso, as barragens desempenham um papel importante na manutenção do equilíbrio ambiental da região.

A Figura a seguir, extraída do Manual Orientativo de Operação das Barragens de Contenção de Cheias do Vale do Itajaí (SC), apresenta a localização das barragens Oeste (Taió), Sul (Ituporanga) e Norte (José Boiteux). Ainda são destacadas as principais estações utilizadas como restrição operativa nas barragens, ou seja, as principais estações acompanhadas durante eventos extremos, que dão apoio à tomada de decisão.

FIGURA 5

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA BACIA DO RIO ITAJAÍ-AÇU, DAS BARRAGENS DE CONTENÇÃO DE CHEIAS E DAS ESTAÇÕES TELEMÉTRICAS EM OPERAÇÃO



Fonte: Manual Orientativo de Operação das Barragens de Contenção de Cheias do Vale do Itajaí – SC.

Conforme Volume I, fl. 75 do BGE/SC de 2023, no que concerne às barragens em 2023:

Foram realizadas ações de manutenção e melhoria nas três barragens de contenção operadas pela SDC em Santa Catarina, visando modernizá-las e aumentar a segurança em sua operação. Destaca-se a contratação do serviço de instalação do stop log na barragem de Ituporanga, um equipamento metálico que atua como medida de proteção na substituição ou troca dos dutos. Foi também realizada a contratação dos serviços de limpeza mecanizada das barragens, fundamental para a segurança da operação da rede. A operação das três barragens durante as chuvas de 2023, calcada em critérios técnicos e de segurança, revelou a importância das estruturas na mitigação dos impactos adversos causados pelo alto volume das águas.

Concernente aos radares, salienta-se que os quatro geridos pela Defesa Civil de Santa Catarina estão situados nos municípios de Araranguá, Chapecó, Lontras e o mais novo, em Joinville, o qual a instalação foi concluída em 2023 e, segundo BGE, volume I, fl. 75, foi um investimento do Estado de R\$ 5 milhões.

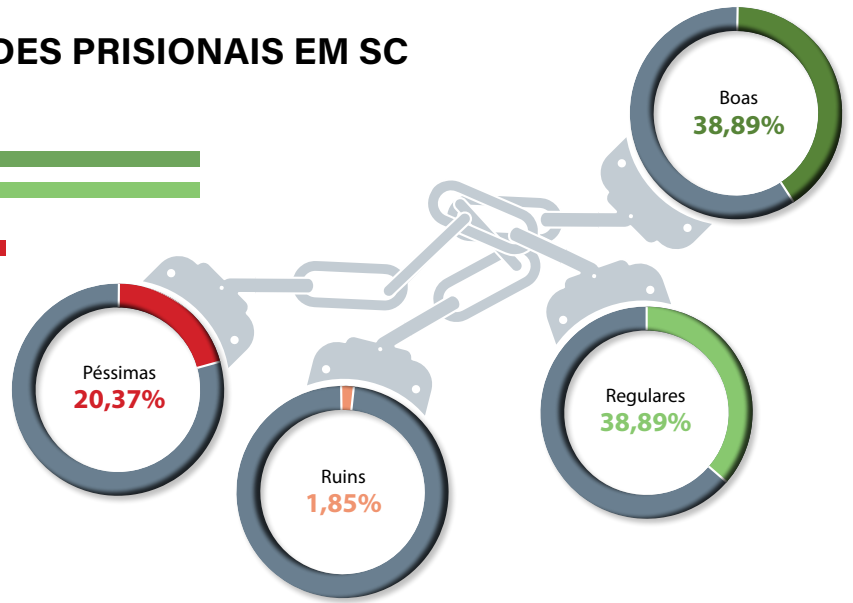
Versando sobre ações relacionadas à Educação, apresenta o BGE, volume I, fls. 75/76 que em 2023 a SDC fortaleceu Programa Defesa Civil na Escola (PDCE), programa que consiste na realização de atividades educativas dirigidas às temáticas de redução de riscos, autoproteção, gestão de desastres e cuidados com o meio ambiente, e é voltado para todos os estudantes matriculados no 6º ou no 7º ano do ensino fundamental de escolas públicas e privadas do Estado. Registrou-se que também aconteceram 175 eventos diversos referentes à educação em defesa civil, com destaque para 49 edições do “Escola na Defesa Civil”, 5.762 alunos atendidos nos cursos EAD e mais de 60 palestras diversas.

Por fim, conforme **informações disponibilizadas pela Secretaria de Estado de Comunicação (SECOM)**, em 2023 a SDC inaugurou uma rede de monitoramento de chuvas, níveis de rios e sobre a situação das barragens de contenção de cheias de Santa Catarina. Informações que foram cruciais para o monitoramento e alerta das inundações históricas que ocorreram entre outubro e novembro de 2023. Tanto a população, quanto as defesas civis dos municípios tiveram acesso às informações em tempo quase real, com atualização dos dados a cada 15 segundos. A plataforma on-line para visualização dos dados pode ser acessada através do *link*: <https://monitoramento.defesacivil.sc.gov.br/mapa>.



CONDIÇÕES DAS 54 UNIDADES PRISIONAIS EM SC

CONDIÇÕES	QUANTIDADE
Excelentes	0
Boas	21
Regulares	21
Ruins	1
Péssimas	11



Fonte: Conselho Nacional de Justiça – Sistema Geopresídios – Dados das Inspeções nos estabelecimentos Penais. Dados extraídos em 27/02/2024.

MORTES entre 2020 e 2023

Evento						
	Mortes violentas	Homicídio	Feminicídio*	Latrocínio	Lesão corporal seguida de morte	Confronto policial
Totais Entre 2020 e 2023	2.921	2.496	224	80	66	279
Por ano Entre 2020 e 2023						
Variação percentual Entre 2020 e 2023	-16,40%	-17,25%	-3,51%	-40,00%	6,67%	-8,14%
Variação percentual Entre 2022 e 2023	-1,17%	-4,36%	-3,51%	-52,00%	-20,00%	79,55%

*Já contabilizado no indicador de Homicídio | Fonte: https://www.ssp.sc.gov.br/files/dinidocs2023/12_Dezembro.pdf.